

# França oferece apoio junto ao Clube

A França fez chegar ao governo brasileiro, extra-oficialmente, a disposição de colaborar para que tenham êxito as negociações no âmbito do Clube de Paris, visando ao reescalonamento de uma dívida de US\$ 2 bilhões junto a governos e instituições oficiais de crédito da Europa, Japão e Estados Unidos, vencida e a vencer no período de agosto deste ano a dezembro de 1984.

A França é o principal credor do Brasil no Clube de Paris e sua manifestação informal, segundo uma qualificada fonte informou, ontem, ao Estado, resulta de sua posição de país coordenador do Clube de Paris, o que tornaria imprópria uma opinião ostensiva contra ou a favor de qualquer devedor, expressa fora do contexto de uma decisão do colegiado.

A Espanha, que é um credor menor, também fez chegar às autoridades brasileiras, de maneira formal, seu interesse em que seja encontrada, rapidamente, uma solução adequada à renegociação da dívida brasileira junto ao Clube de Paris, e prometeu trabalhar nesse sentido.

Em relação à França, sua posição de maior credor do Brasil resulta da execução dos contratos financeiros que vêm sendo firmados desde 1971 entre os dois países, envolvendo créditos financeiros e créditos de suprimento ("supplier's credits"), os primeiros concedidos diretamente pelo Tesouro, a juros abaixo dos praticados no mercado e prazos elásticos, e os segundos, recursos destinados ao financiamento da importação de equipamentos, com garantia de instituições financeiras oficiais.

Ao retornar ao Brasil na manhã do último sábado, procedente de Paris, onde fez entrega da proposta de renegociação da dívida brasileira ao Clube de Paris, o embaixador José Botafogo Gonçalves, chefe da assessoria internacional do Ministério do Planejamento, informou ao Estado que os contatos foram altamente produtivos e que já foi deflagrado o processo que levará à renegociação.

Botafogo espera que a decisão sobre o reescalonamento, envolvendo prazos, cobertura e outras condições, seja tomada no final de outubro ou início de novembro, devendo coincidir com a definição da renegociação da dívida brasileira junto aos bancos internacionais e a aprovação definitiva do programa de ajustamento brasileiro pelo Fundo Monetário Internacional.